

Projeto de Lei Nº,..... de 2015
(do Sr. Deputado Mainha)

Dá nova redação ao parágrafo § 3º do Art.280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, alterando as competências das autoridades de trânsito para fins de enquadramento de penalidades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo § 3º do art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 280. Ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:

VI - assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

§ 3º Não sendo possível a autuação em flagrante, o agente de trânsito **fará o registro fotográfico para fins de comprovação da infração e posterior enquadramento de penalidades** e relatará o fato à autoridade no próprio auto de infração, informando os dados a respeito do veículo, além dos constantes nos incisos I, II e III, para o procedimento previsto no artigo seguinte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A legislação atual permite à autoridade policial ou agente de trânsito, quando o erro do motorista é aparente, o auto de infração sem avisar o condutor do veículo.

A autuação, em casos como dirigir sem cinto de segurança, falar ao celular e mudar de faixa sem dar sinal de luz indicadora de direção de veículo ou fazendo gesto convencional de braço, pode ser feita sem a obrigatoriedade da retenção do veículo nem de notificação "in loco" do condutor, sendo o caso de autuação "à distância", prevista no parágrafo 3º do artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

De fato, o CTB não menciona a exigência de abordagem em nenhuma hipótese. Atualmente, ela só é considerada realmente necessária nas situações óbvias, nas quais só é possível saber que

o motorista cometeu a infração se for abordado, como, por exemplo, não estar portando documentos ou estar dirigindo alcoolizado.

Na prática, no que diz respeito à lavratura do auto de infração, a abordagem direta do condutor do veículo não vem mais acontecendo quando as infrações são aparentes. Considera-se que o agente é servidor público e tem fé pública. A maneira de agir fica a cargo do bom senso do policial.

Para aqueles que defendem a desnecessidade de abordagem do condutor infrator quando da flagrância, esses justificam que haveria presunção “*juris tantum*” (apenas de direito), ou seja, presunção relativa, válida até prova em contrário do agente. Consequentemente, caberia ao condutor derrubar a veracidade descrita no auto pela autoridade competente.

As correntes contrárias, das quais me afilio, refutando os argumentos de presunção relativa, em caso de não abordagem, o auto de infração estaria baseado em mera presunção, o que não se coaduna com os princípios basilares da Administração Pública.

Da mesma forma, muitos condutores estranham tal procedimento, por serem surpreendidos em casa com a notificação da infração. Alegam não se lembrar de ter cometido a infração. Nos casos em que o condutor se sinta injustiçado se vê obrigado a efetuar recurso e levar junto provas que comprovem o erro do agente.

Muitos motoristas acreditam que a multa só deveria ter valor quando a autuação é feita com abordagem ou com a devida comprovação por meio de equipamentos eletrônicos. A ausência de tal procedimento geraria nulidade do ato administrativo lavrado, evidenciando e tornando incontestado o ato cometido pelo agente de trânsito como ilegal.

Quase não existem dados oficiais disponíveis nos meios de comunicação e redes sociais sobre esse tema. Apenas relatos e reclamações de condutores de veículos, que buscam o apoio da Justiça com o propósito de questionar a aplicação dessas multas.

Reportagem de 02 de Junho de 2009, publicada no site Notisul, de Tubarão-SC, intitulada “Infrações de trânsito: Cerca de 40% das multas são sem abordagem”, dá uma ideia da dimensão de um problema que atinge milhares de pessoas.

Segundo o texto de autoria da jornalista Amanda Menger, publicado no site, “cerca de 40% das duas mil multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) por mês, no trecho da BR-101 entre Paulo Lopes e Passo de Torres, são feitas sem a abordagem dos motoristas”. “Apesar de ser regulamentado pelo Decreto Lei

1.665, de outubro de 1995, muitas pessoas têm procurado a 2ª Delegacia da PRF, em Tubarão, para questionar a aplicação das multas.”

Ocorre que antes da informatização, o policial via uma irregularidade no trânsito e levava muito tempo para fazer o auto de infração. Ele anotava o número da placa do veículo e só depois que chegava ao posto ia consultar no sistema e gerar a multa sem abordagem.

É sabido que agentes de trânsito não mais atuam em flagrante os condutores, com o subterfúgio de impossibilidade de fazê-lo. Detalham que aquele se evadiu, sem esgotar todos os recursos disponíveis para abordagem por se tornar mais cômodo e autuam o condutor.

A boa notícia é que hoje o trabalho ganhou agilidade com a utilização de computadores de mão e o acesso à internet. A autoridade policial vê a infração e pode gerar a multa na mesma hora. Não se justifica, portanto, que todo esse acesso à tecnologia, que permite anotar a infração em tempo real, não seja comprovado com o registro fotográfico sugerido por este projeto de lei a fim de lhe dar autenticidade.

A presente proposta busca corrigir esta distorção, pois a autuação com abordagem e/ou registro fotográfico é, a meu ver, a mais adequada. Nas situações em que não é possível alcançar o carro, sugerimos a opção do registro fotográfico para evitar um possível erro no momento da anotação da placa, fazendo com que a autuação acabe sendo enviada para outro veículo.

Em síntese, com o registro fotográfico é possível comprovar, por exemplo, quando motorista e passageiro não estão usando cinto de segurança, quando o veículo está com faróis queimados à noite, quando faz uma ultrapassagem proibida, conversa ao celular ou uso de fone de ouvido, além de deixar de indicar mudança de faixa.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos ilustres pares para aprovação desta matéria.

Brasília, de 2015

Sala das Sessões

Mainha

Deputado Federal
Solidariedade-PI